

<b>Público</b>  06-02-2007	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Justiça</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>356 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/Cor</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>1/8</b>

NOTÍCIA

## Indícios de tortura e maus tratos fazem abrir inquérito

O Ministério Público decidiu ontem, ao mais alto nível, abrir um inquérito-crime contra desconhecidos para investigar indícios de tortura e maus tratos cruéis e desumanos sobre suspeitos de terrorismo internacional que possam ter sido praticados em território português, durante as escalas de aviões da secreta norte-americana. **PS**



<b>Público</b>  06-02-2007	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Justiça</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>356 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/Cor</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>1/8</b>

# Ministério Público abre inquérito aos voos da CIA

## PARTIDOS E GOVERNO REAGEM COM CAUTELA

Pinto Monteiro e Cândida Almeida decidem investigar eventuais crimes de tortura, maus tratos cruéis e desumanos contra suspeitos de terrorismo internacional

LEONETE BOTELHO

O gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e os partidos reagiram ontem com cautela ao anúncio de que o Ministério Público decidiu abrir um inquérito-crime contra desconhecidos para investigar os indícios da realização de escalas em Portugal por aviões da CIA para o transporte de suspeitos de terrorismo, referidos no relatório final da comissão temporária do Parlamento Europeu (PE).

Pouco mais de uma semana depois de o procurador-geral da República, Pinto Monteiro, ter recebido as denúncias da eurodeputada Ana Gomes e do jornalista da *Visão* Rui Costa Pinto, a decisão foi anunciada ontem pela responsável do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) do Ministério Público, Cândida Almeida, após um encontro com Pinto Monteiro. “Foi decidido abrir um inquérito sobre eventuais crimes de tortura, maus tratos cruéis e desumanos contra desconhecidos”, afirmou Cândida Almeida, citada pela assessora de Pinto Monteiro. “Não tínhamos indícios nenhuns, mas agora as queixas recebidas apontam caminhos a explorar”, disse a procuradora-geral adjunta à agência Lusa.

As reacções não se fizeram esperar. “Se a Procuradoria-Geral da República (PGR) enten-

de que há matéria suspeita, que se investigue”, disse ao PÚBLICO a assessora do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paula Mascarenhas, enquanto Luís Amado vai a caminho de Tóquio. “Numa democracia, há assuntos que cabem à polícia”, acrescentou a assessora, apontando como exemplo desses assuntos a investigação sobre as listas de passageiros de voos suspeitos.

O relatório da comissão parlamentar do PE sobre os voos da CIA – presidida pelo social-democrata Carlos Coelho e de que fez parte a socialista Ana Gomes – expressa preocupação em relação a 17 escalas realizadas entre Janeiro de 2002 e Julho de 2006, período que cobre os governos Guterres (últimas semanas), Durão Barroso, Santana Lopes e José Sócrates, na altura em que Luís Amado era ministro da Defesa.

Ana Gomes, que fez a sua participação ao Ministério Público a 26 de Janeiro, disse ontem à Lusa que ficou “satisfeita”, embora “não surpreendida” com a abertura deste inquérito-crime. “Entreguei o assunto ao senhor procurador [Pinto Monteiro] porque havia indícios numerosos e fortes da utilização do nosso território no circuito de entrega de prisioneiros. Fico satisfeita por a PGR ter chegado à mesma conclusão”, afirmou ontem em Bruxelas.

Por seu lado, Rui Costa Pinto disse ontem,

também à Lusa, que sempre teve “a convicção” que a partir do dia em que se reuniu com Pinto Monteiro, a 18 de Janeiro, as suas “fontes de informação passaram a estar mais seguras e protegidas”. O jornalista afirmou ter dado conhecimento, nessa reunião, dos relatos que lhe “foram transmitidos durante uma reportagem nos Açores”, apesar de não ter podido dar conhecimento público deles enquanto jornalista.

### PSD, CDS e PS pedem resultados, PCP quer responsabilidades

Quase em uníssono, os partidos que formaram os governos no período indicado no relatório afinaram pelo mesmo diapasão do ministro Luís Amado. “Se há indícios, se há dúvidas, é uma investigação do foro judicial que deve ser feita”, disse à Lusa o deputado do PSD José Luís Arnaut, sublinhando que é “importante que se investigue”.

“Se a Procuradoria entendeu que tem indícios suficientes para a abertura do inquérito, respeitamos (...) Pedimos celeridade, queremos resultados”, afirmou à Lusa o deputado do CDS-PP Hélder Amaral. “O PS não comenta decisões do Ministério Público. Se considera que há matéria para investigações, que investigue e que as

investigações sejam profícuas”, disse, por seu lado, o deputado socialista José Lello.

Enquanto presidente da comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros, o deputado do PSD José Luís Arnaut reiterou ainda que “em sede parlamentar tudo está feito” e qualquer dúvida que ainda possa existir terá de ser investigada a nível judicial. “Nos dados que chegaram ao Parlamento não houve nenhum indício que suscitasse sequer dúvidas de que em território português tivesse havido violação do direito nacional e internacional”, acrescenta Hélder Amaral.

Já o PCP congratulou-se com a decisão do Ministério Público, mas insistiu no apuramento da responsabilidade política. “O PS, o PSD e o CDS-PP juntaram-se contra a abertura de um inquérito parlamentar proposto pelo PCP. Essa recusa só pode ter uma leitura, a de que existiu uma convivência clara dos governos portugueses com aquelas actividades criminosas”, considera o deputado comunista Jorge Machado. ■ COM PAULO MADEIRA E NUNO SÁ LOURENÇO

Endereço na Internet do relatório da comissão do Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu/compar/tempcom/tdip/pe382246.pdf>

*“Entreguei o assunto ao senhor procurador [Pinto Monteiro] porque havia indícios numerosos e fortes da utilização do nosso território no circuito de entrega de prisioneiros. Fico satisfeita por a PGR ter chegado à mesma conclusão”*

ANA GOMES

EURODEPUTADA ELEITA PELO PS

<b>Público</b>	Periodicidade:	<b>Diário</b>	Temática:	<b>Justiça</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>356 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/Cor</b>
	Tiragem:	<b>75000</b>	Página (s):	<b>1/8</b>

06-02-2007

CARLOS LOPES/ARQUIVO



*A base das Lajes terá sido utilizada pelos voos da CIA*